



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 307521-8

COMARCA: Tuparetama - Vara Única

APELANTE: José Valdeir Amaral.

APELADO: Maria das Dores Cabral.

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. IMPORTE INDENIZATÓRIO MANTIDO. RECURSO DE APELAÇÃO NÃO PROVIDO.

1. Em se tratando de responsabilidade subjetiva, para que possa haver a responsabilização, é necessária a comprovação da ocorrência de lesão, da existência de culpa "em sentido amplo" e de nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o evento danoso.
2. Cabe ao Autor da ação demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, sendo de competência do Réu, por outro lado, a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do primeiro.
3. Os danos morais restam configurados diante de uma lesão a bem integrante da personalidade, tal como a honra, a intimidade, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, vexame, sofrimento, desconforto e humilhação ao ofendido.

ST

9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

4. Como órgão distribuidor de justiça, compete ao julgador valer-se da teoria do desestímulo, segundo a qual o ressarcimento não deve enriquecer ilicitamente o ofendido, no entanto há de ser elevado o bastante para evitar a reincidência da prática delituosa.

5. No momento da fixação do importe indenizatório de danos morais, cabe ao juiz valer-se da teoria do desestímulo, sem esquecer da máxima jurídica de que o valor não deve ser fixado em patamar elevado, capaz de aparentar enriquecimento indevido para o ofendido, tampouco diminuto, a ponto de se tornar inócuo aos objetivos do instituto da responsabilidade civil. Dentro dessa análise, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) se mostra razoável, mormente quando levando em consideração a gravidade do dano e a sua extensão, a condição financeira do ofensor e do ofendido.

6. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos recursos, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data à unanimidade, em **negar provimento à Apelação Cível**, nos termos dos votos, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

Recife, 03 de julho de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 307521-8

COMARCA: Tuparetama - Vara Única

APELANTE: José Valdeir Amaral.

APELADO: Maria das Dores Cabral.

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

Trata-se de Apelação Cível interposta por José Valdeir Amaral contra a sentença proferida nos autos da Ação de Indenização por Ato Ilícito c/c Antecipação de Tutela nº 0000086-13.2010.8.17.1540 tendo como Autora, ora Apelada, Maria das Dores Cabral, porquanto inconformado com a condenação no pagamento de indenização por danos morais, os quais seriam decorrentes do acidente de trânsito envolvendo ambas as partes.

DA SENTENÇA DE 1º GRAU:

Dispositivo sentencial constante à fl. 36 dos autos, *ipsi litteris*:

ST



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

672

"Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para condenar o requerido a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais em favor da parte autora, incidindo a correção monetária a partir da sentença e juros a partir do evento danoso.

Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que, nos termos do §3º do art. 20 do CPC, arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação."

FUNDAMENTOS DO RECURSO DE APELAÇÃO:

O Apelante alega, em síntese, que o atropelamento foi causado por culpa exclusiva da vítima, não tendo havido violação a qualquer regra de trânsito pelo motorista. Ademais, aduz que a presunção de revelia é relativa, podendo ser afastada por outras circunstancias constantes nos autos, consoante o livre convencimento do juiz.

Prossegue argumentando que o acidente ocorreu em plena via de muito movimento (rodovia PE 275), na qual o Apelante desenvolvia velocidade regular, quando a Apelada atravessou sem qualquer cuidado e foi atingida pela motocicleta do Apelante. Assevera, ainda, que não restou comprovado nos autos o abalo psíquico ou espiritual alegado ou ofensa à

ST

2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

direito da personalidade da Apelada, não havendo que se falar em dever de indenizar.

Outrossim, acrescenta que não dispõe de condições financeiras para arcar com o danos morais arbitrados na sentença, pois depende da ajuda dos pais para se manter. Solicita, então, subsidiariamente, a redução do importe indenizatório.

Pugna, ao final, pelo conhecimento e provimento do recurso, no sentido de reformar a sentença de primeiro grau, julgando improcedente o pleito inicial. Caso não seja este o entendimento do Tribunal, requer a minoração do importe indenizatório.

CONTRARRAZÕES:

Em contrarrazões (fls. 48/50), a Apelada rebate os argumentos aduzidos no recurso, requerendo, por fim, o seu não provimento.

Por fim, devo ressaltar que o cabeçalho da petição da Apelação Cível (fls. 40 e 42) está incorreto, estando a Sra. Maria das Dores Cabral da Silva indicada como Apelante, quando na realidade o Sr. José Valdeir do Amaral quem recorreu. Tal equívoco por parte do advogado do Apelante fez com que a Diretoria Cível deste Tribunal fizesse constar na capa do processo informação incorreta sobre as partes.

ST



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Diante disso, determino a retificação da capa do autos para que conste o nome do Sr. José Valdeir do Amaral como Apelante e o da Sra. Maria das Dores Cabral da Silva como Apelada.

É o relatório. Inclua-se em Pauta.

Recife, 28 de Maio de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 307521-8

COMARCA: Tuparetama - Vara Única

APELANTE: José Valdeir Amaral.

APELADO: Maria das Dores Cabral.

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO DE MÉRITO

Conheço dos recursos de Apelação Cível, porquanto presentes os pressupostos necessários às suas admissibilidades.

Cinge-se o debate do presente recurso em analisar a responsabilidade de condutor da motocicleta no acidente de trânsito em testilha, para efeito de sua condenação em danos morais. Cabe analisar, ainda, se o valor indenizatório foi estabelecido pelo magistrado de primeiro grau de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

I) Da Responsabilidade Civil do Condutor da Motocicleta

De início, devo destacar que a responsabilidade do Apelante é subjetiva, por isso, para que possa ser responsabilizado pelos danos supostamente suportados pelo Apelado, é imprescindível a comprovação da

ST



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ocorrência da lesão, "a culpa em sentido amplo" e verificado o nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o evento danoso. Ademais, friso que, de acordo com a regra geral do CPC, cabe ao Autor da ação demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, sendo de competência do Réu, por outro lado, a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do primeiro.

Da análise dos autos, observo que a Autora/Apelada comprovou a ocorrência do acidente em questão, as lesões suportadas e o nexo causal entre estas e aquele (fls. 10/13). Ademais, trouxe aos autos fortes indícios da culpa do Apelante ao anexar cópia de denúncia realizada pelo Ministério Público, o qual argumenta que *"os depoimentos das testemunhas e da vítima da lesão corporal revelam que o denunciado não agiu com a prudência comum esperada de um condutor de veículo automotor e ainda deixou de prestar socorro à vítima"*.

O Apelante, por outro lado, não apresentou contestação, sendo considerado revel pelo magistrado de primeiro grau. Outrossim, em sede de recurso de apelação limitou-se a alegar culpa exclusiva da vítima e a inexistência de dano moral, não fazendo qualquer prova de suas alegações.

Diante disso, concluo pela caracterização da culpa do Apelante no acidente em testilha, sendo, com isso, devida a indenização pelos danos causados à Apelada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

II) Dos Danos Morais

Concernente aos danos morais, elucido que estes restam configurados diante de uma lesão a bem integrante da personalidade, tal como a honra, a intimidade, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, vexame, sofrimento, desconforto e humilhação ao ofendido. Desta forma, indubitáveis são os danos morais suportados pela Apelada, a qual sofreu várias escoriações pelo corpo em decorrência do acidente (fls.13), tendo que ser socorrida por populares, já que o Apelante evadiu-se do local e não prestou socorro.

II) Do Importe Indenizatório

Referente ao importe do ressarcimento a título de danos morais, como órgão distribuidor de justiça, compete ao julgador valer-se da teoria do desestímulo, segundo a qual o ressarcimento não deve enriquecer ilicitamente o ofendido, no entanto há de ser elevado o bastante para evitar a reincidência da prática delituosa.

Ressalto que o Juiz, na oportunidade do estabelecimento da quantia reparatória, deve fazer uso, além de seu bom senso, dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sempre observando a gravidade do dano e a sua extensão, a condição financeira do ofensor e do ofendido. Diante disso, importa frisar que o Apelante requer a minoração do importe indenizatório, sob o argumento de que não possui condições de arcar com a

ST

7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

quantia fixada pelo magistrado *a quo*, mas não apresenta qualquer prova da alegada incapacidade financeira.

Assim sendo, entendo como adequado o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), arbitrado pelo magistrado de primeiro grau, por isso, mantenho o valor da condenação.

VI) Conclusão

Diante do exposto, nego provimento ao Recurso de Apelação Cível, mantendo incólume a sentença vergastada.

É como voto.

Recife, 11 de junho de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator